

CAPÍTULO 10

LIDERANÇA FEMININA SURDA NOS ESPAÇOS ACADÊMICOS, EDUCACIONAIS E POLÍTICOS

 <https://doi.org/10.68044/y9gkb338>

Gleice Kelly Rocha do Nascimento ¹

Mestranda em Tecnologias Emergentes na Educação pela MUST University e em Ciências da Educação pela Christian Business School. Graduada em Pedagogia Bilíngue pelo Instituto Nacional de Educação de Surdos (INES) e em Letras-Libras pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC).



Francielle Cantarelli Martins ²

Doutora em Linguística pela Universidade Federal de Santa Catarina. Docente da Universidade Federal de Pelotas.



Sylvia Lia Grespan Neves ³

Doutora em Linguística pela USP. Coordenadora do Lisco e do CesLibras, atua nas áreas de Libras, educação de surdos, políticas educacionais e ensino de línguas. Docente da Faculdade de Educação da USP (FEUSP).



Greice Kelly Nascimento Santos Costa ⁴

Mestra em Letras pela Universidade Federal de Rondônia (UNIR).



Maisa Conceição Silva ⁵

Doutora em Estudos Linguísticos pelo Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos (PPGEL) da Universidade Federal de Uberlândia (UFU).



Ananda Loiola Simões Elias ⁶

Doutoranda em Linguística da Língua de Sinais pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC).



RESUMO: Este artigo analisa a liderança feminina surda nos espaços acadêmicos, educacionais e políticos, considerando o protagonismo de mulheres surdas na produção de conhecimentos, na docência, nos movimentos sociais e na reivindicação de direitos. A pesquisa, de natureza bibliográfica e abordagem qualitativa, articula estudos sobre mulheres surdas publicados em periódicos brasileiros entre 2016 e 2026. Discute-se como gênero, diferença linguística, capacitismo, ouvintismo e desigualdades institucionais condicionam trajetórias de acesso, permanência e reconhecimento, sem reduzir essas mulheres à condição de vulnerabilidade. Os resultados indicam que a Libras, a formação superior, a docência surda, as redes de apoio e a participação em coletivos constituem bases relevantes para a construção de autonomia e liderança. Evidencia-se, ainda, que a presença de pesquisadoras, professoras e ativistas surdas amplia referências para novas gerações e tensiona estruturas excludentes. Conclui-se que fortalecer lideranças femininas surdas exige acessibilidade linguística, reconhecimento epistemológico e participação efetiva nas decisões institucionais em diferentes contextos.

Palavras-chave: Mulheres surdas; Liderança feminina; Protagonismo; Participação política.

INTRODUÇÃO

A presença de mulheres surdas em universidades, escolas, associações, movimentos sociais e instâncias de formulação de políticas públicas tornou-se um eixo relevante para compreender transformações recentes na comunidade surda brasileira. Essa presença não pode ser lida apenas como resultado de trajetórias individuais de superação, pois se relaciona a processos coletivos de conquista de direitos linguísticos, ampliação do acesso à escolarização, fortalecimento da Libras e produção de referências femininas surdas. Ao mesmo tempo, a ocupação desses espaços ocorre sob condições marcadas por desigualdades de gênero, barreiras comunicacionais, práticas ouvintistas e representações que

historicamente associaram a mulher surda à incapacidade e à dependência. Perlin *et al.* (2024, p. 11-12) observam que a pouca menção social às mulheres surdas se articula tanto à inferiorização do feminino quanto aos estereótipos construídos em torno da condição surda, motivo pelo qual a emergência de narrativas produzidas por essas próprias mulheres possui relevância política e epistemológica.

O problema torna-se mais complexo quando se considera que a liderança feminina surda se realiza em instituições cuja organização, linguagem e formas de legitimação foram historicamente estruturadas por parâmetros majoritariamente ouvintes. Em tais ambientes, não basta assegurar presença física. É necessário discutir condições de participação, circulação da Libras, reconhecimento de saberes visuais, autonomia decisória e possibilidade de intervir nas agendas institucionais. Perlin e Jung (2024, p. 38-39) registram que estudantes, professoras e pesquisadoras surdas ainda encontram dificuldades no ingresso, na permanência e no êxito acadêmico, inclusive pela imposição do português em detrimento da língua de sinais. A liderança, portanto, deve ser analisada também como capacidade de modificar relações institucionais, disputar sentidos e produzir condições para que outras mulheres surdas participem com maior autonomia.

A literatura consultada permite compreender que o protagonismo feminino surdo não se restringe a um único setor. No

campo educacional, mulheres surdas assumem a docência e participam da construção de práticas vinculadas à Pedagogia Surda e à educação bilíngue. No campo científico, tornam-se pesquisadoras, autoras e orientadoras. No campo político, organizam coletivos, participam de associações, formulam reivindicações e defendem políticas linguísticas e sociais. Rangel (2024, p. 64-66) mostra que as referências de pioneirismo feminino surdo aparecem em diferentes âmbitos da vida social, acadêmica, política e cultural, produzindo reconhecimento comunitário e oferecendo modelos possíveis de atuação para as gerações mais jovens.

Nesse sentido, liderança e protagonismo são conceitos relacionados, mas não idênticos. O protagonismo diz respeito à condição de sujeito ativo na produção de sua história, na elaboração de saberes e na participação social. A liderança acrescenta a dimensão de articulação coletiva: pressupõe capacidade de mobilizar outras pessoas, compartilhar responsabilidades, organizar ações, representar demandas e favorecer a construção de novos espaços de participação. Oliveira (2016, p. 141-142), ao discutir um grupo de mulheres líderes surdas do Rio de Janeiro, associa a liderança a conhecimento, responsabilidade, comunicação, cooperação e ação conjunta, contrapondo a figura da líder à lógica vertical de comando. Essa compreensão é particularmente importante para este estudo, pois

permite tratar a liderança feminina surda como prática social e comunitária, e não apenas como atributo pessoal.

A questão que orienta este artigo é: de que maneira a liderança feminina surda se constitui nos espaços acadêmicos, educacionais e políticos, e quais barreiras e possibilidades acompanham a ocupação desses lugares? Parte-se da hipótese de que a liderança de mulheres surdas se fortalece quando estão presentes condições de acessibilidade linguística, formação acadêmica, pertencimento comunitário, reconhecimento da experiência visual e participação efetiva nos processos de decisão. Ao contrário, quando a presença da mulher surda é mediada por tutela, infantilização ou substituição de sua voz, a inclusão tende a permanecer formal, sem alterar as estruturas que limitam sua autonomia.

O objetivo geral é analisar a constituição da liderança feminina surda nos espaços acadêmicos, educacionais e políticos, destacando suas relações com a Libras, a produção de conhecimento, a docência, os movimentos sociais e a reivindicação de direitos. Como objetivos específicos, busca-se discutir as condições históricas e culturais que atravessam a construção do protagonismo feminino surdo; examinar a presença de mulheres surdas na educação superior e na ciência; refletir sobre a docência surda como prática de liderança educacional; e compreender a organização política de mulheres surdas como processo de participação, formação e transformação social.

Metodologicamente, trata-se de um estudo bibliográfico, de abordagem qualitativa e caráter analítico-interpretativo. O corpus foi constituído por trabalhos disponibilizados para a elaboração deste artigo e publicados, sobretudo, em periódicos brasileiros entre 2016 e 2026, incluindo Revista Espaço, Revista Forum, Revista Sinalizar, SCIAS Língua de Sinais, Cadernos de Tradução, Educação e Pesquisa, Revista de Educação PUC-Campinas, Práxis Educativa e Arqueiro. A análise foi organizada por aproximação temática, considerando cinco eixos: identidade e liderança; produção acadêmica e científica; docência e educação bilíngue; participação política e movimentos sociais; e interseccionalidade, acessibilidade e permanência. Essa opção permite articular diferentes escalas de experiência sem transformar as mulheres surdas em um grupo homogêneo.

A relevância do estudo reside na necessidade de deslocar a discussão sobre mulheres surdas de uma perspectiva centrada exclusivamente na vulnerabilidade para outra que reconheça agência, autoria e capacidade de liderança, sem invisibilizar as violências e barreiras existentes. Costa, Oliveira e Klein (2021, p. 5-9) evidenciam que as mulheres surdas enfrentam simultaneamente discriminações relacionadas ao gênero e à diferença linguística, mas também constroem processos de empoderamento vinculados à informação, à autonomia e ao reconhecimento de suas trajetórias. Assim, tratar de liderança feminina surda significa examinar tanto as estruturas que

produzem exclusão quanto as estratégias pelas quais essas mulheres ocupam, reinventam e ampliam espaços de decisão.

REFERENCIAL TEÓRICO

Mulher surda, identidade, protagonismo e liderança

A discussão sobre liderança feminina surda exige, inicialmente, compreender a identidade como processo social, linguístico e cultural. A experiência de ser mulher surda não pode ser reduzida à soma mecânica de duas categorias - mulher e surda -, porque gênero, língua, território, raça, classe, geração e experiências institucionais atravessam de modo singular cada trajetória. Vilhalva (2024, p. 44-48), ao abordar mulheres indígenas surdas, enfatiza a pluralidade de identidades e a necessidade de que suas narrativas sejam produzidas em suas próprias línguas e a partir de suas vivências. A autora indica, ainda, que a formação de lideranças precisa considerar os diferentes contextos culturais e linguísticos, evitando a imposição de um modelo único de mulher surda.

Essa perspectiva ajuda a afastar leituras que tratam a liderança como adequação a padrões ouvintes de autoridade. Em comunidades sinalizantes, comunicação, visualidade, circulação em redes surdas e reconhecimento entre pares podem adquirir centralidade na constituição de uma liderança legítima. Oliveira (2016, p. 141) sintetiza essa concepção ao afirmar que “a líder age com naturalidade

fazendo e praticando boa ação em prol da Mulher Surda”. A citação destaca uma liderança baseada em ação comprometida, e não em posição hierárquica. Na sequência, a autora ressalta que a líder convida o grupo a agir conjuntamente, assume responsabilidades e reconhece que os resultados pertencem à coletividade (Oliveira, 2016, p. 142).

A dimensão coletiva também aparece na forma como mulheres surdas produzem referências para outras mulheres. Rangel (2024, p. 64-66) identifica pioneirismo, idealismo e dedicação como elementos que constituem o reconhecimento de heroínas surdas pela própria comunidade. O valor dessas referências está menos na criação de figuras excepcionais e mais na ruptura de uma narrativa histórica segundo a qual determinados espaços seriam inacessíveis às mulheres surdas. Quando uma professora, pesquisadora, dirigente associativa ou ativista surda torna-se socialmente visível, sua trajetória produz uma possibilidade simbólica para quem vem depois, mostrando que a ocupação de posições acadêmicas, profissionais e políticas é realizável.

A passagem da invisibilidade ao protagonismo é também um processo de disputa sobre quem pode falar e ser reconhecido como sujeito de conhecimento. Costa, Oliveira e Klein (2021, p. 6-9) mostram que as representações negativas sobre mulheres surdas estão associadas à subordinação, à dificuldade de acesso à informação e à desconfiança sobre sua autonomia. As entrevistadas analisadas pelas

autoras vinculam empoderamento à valorização, aos direitos iguais e à acessibilidade em Libras. Assim, a liderança não se produz apenas depois que as barreiras desaparecem; ela emerge, em muitos casos, justamente na ação coletiva que torna essas barreiras visíveis e reivindica sua transformação.

A centralidade da Libras é decisiva nesse processo. Não se trata apenas de uma ferramenta de comunicação, mas do meio pelo qual experiências, conceitos, memórias e agendas políticas podem ser elaborados sem dependência permanente de uma língua majoritária. Perlin e Vilhalva (2016, p. 131-133) descrevem como a falta de informação visual e de tradução compromete o acesso de mulheres surdas a serviços, direitos e decisões sobre a própria vida. Quando a língua de sinais circula plenamente nos espaços de formação e participação, amplia-se a possibilidade de construção de autonomia intelectual, de reconhecimento identitário e de liderança.

Liderança feminina surda nos espaços acadêmicos e científicos

A universidade representa um espaço estratégico para a liderança feminina surda porque nela se articulam formação profissional, produção científica, circulação de discursos e ocupação de posições institucionais. Todavia, o acesso ao ensino superior não elimina automaticamente as desigualdades anteriores. Perlin e Jung (2024, p. 38-39) registram que mulheres surdas, quando estudantes,

professoras ou pesquisadoras, enfrentam barreiras vinculadas ao predomínio do português, à desvalorização da Libras e à insuficiência de condições de acessibilidade. Desse modo, a presença acadêmica deve ser analisada em termos de ingresso, permanência, participação e possibilidade de produzir conhecimento em condições linguísticas efetivamente equitativas.

Os dados apresentados por Silveira e Baalbaki (2024, p. 82-85) oferecem um indicador expressivo da ampliação dessa presença. As autoras apontam que, no Brasil, as pesquisadoras surdas identificadas estão concentradas sobretudo nas áreas de Linguística e Educação e registram Gladis Perlin como a primeira mulher surda a obter título de doutorado no país. O levantamento menciona, além dela, cinquenta e oito mulheres doutoras surdas. Embora o número não possa ser interpretado isoladamente como prova de igualdade acadêmica, ele evidencia a existência de uma comunidade de pesquisadoras surdas que produz conhecimento, participa de instituições e amplia as possibilidades de referência para estudantes e jovens pesquisadoras.

A autoria acadêmica é um aspecto central dessa mudança. Rodrigues e Christmann (2023, p. 14-15), ao mapear pesquisas brasileiras de pós-graduação em Estudos da Tradução e Interpretação de Línguas de Sinais, identificaram 129 trabalhos, dos quais 44 tinham autoria surda. Entre as 72 pesquisas de autoria feminina, 23 foram produzidas por mulheres surdas. Os dados evidenciam que mulheres

surdas não são apenas objeto de investigação, mas autoras que participam da constituição de campos científicos. Essa mudança possui consequências epistemológicas: temas, perguntas de pesquisa, categorias de análise e formas de circulação do conhecimento passam a incluir experiências e perspectivas produzidas por sujeitos historicamente sub-representados.

A presença de pesquisadoras surdas em programas de pós-graduação também alcança a orientação. Rodrigues e Christmann (2023, p. 16-19) identificam pesquisadores surdos entre os orientadores e interpretam essa presença como indicador de avanços históricos, sociais, políticos e acadêmicos. O número de orientadores surdos ainda é reduzido em relação ao conjunto de egressos, o que mostra que a ascensão à docência e à orientação na pós-graduação permanece mais restrita do que o acesso discente. Ainda assim, a existência de mulheres surdas orientadoras transforma relações de autoridade acadêmica, porque permite que estudantes encontrem referências que compartilham experiências linguísticas e culturais semelhantes.

Essa transformação depende de condições materiais e institucionais. Gomides *et al.* (2022, p. 201-204) argumentam que não é suficiente produzir estudos sobre pessoas surdas se o conhecimento permanece inacessível em sua língua. Os autores defendem a presença da Libras nos espaços formativos e na produção científica, observando

que ainda são escassos os trabalhos finais de graduação e pós-graduação produzidos integralmente em língua de sinais. A democratização do conhecimento exige, assim, que a acessibilidade alcance não apenas a recepção de conteúdos, mas também a autoria, a defesa de trabalhos, a publicação e a circulação científica.

A relação entre acesso e permanência aparece com clareza em estudos sobre estudantes surdos. Silva e Galizia (2025, p. 10-12) mostram que a presença de intérprete é importante, porém insuficiente quando materiais, metodologias, currículos e ambientes administrativos permanecem inacessíveis. A universidade precisa considerar visualidade, língua de sinais e adaptações pedagógicas como parte do planejamento acadêmico, e não como providências improvisadas para situações individuais. Essa compreensão é relevante para a liderança feminina surda porque a formação de pesquisadoras, docentes e gestoras começa nas condições concretas de permanência durante a graduação e a pós-graduação.

A liderança acadêmica feminina surda, portanto, envolve pelo menos quatro dimensões articuladas: acesso à formação superior; possibilidade de produzir conhecimento; reconhecimento como autora e pesquisadora; e participação em posições de docência, orientação e decisão. Quando uma dessas dimensões é interrompida por barreiras linguísticas ou institucionais, restringe-se a formação de novas lideranças. Quando elas se articulam, a universidade pode funcionar

como espaço de ampliação da consciência crítica, da autonomia e da participação social, conforme também evidenciam Siqueira e Oliveira (2026, p. 9-10) ao analisar a trajetória de uma mulher negra surda no ensino superior.

Protagonismo educacional e a construção da “mulher-surda-professora”

No campo educacional, a liderança feminina surda assume uma forma particularmente concreta na docência. A professora surda ocupa uma posição que combina atuação profissional, transmissão cultural, circulação da Libras e produção de referências identitárias para estudantes. Lara (2024, p. 15-17) denomina essas profissionais “mulheres-surdas-professoras” e destaca sua contribuição para a Pedagogia Surda e para as transformações associadas à educação bilíngue. A expressão sublinha que não se trata de uma professora cuja surdez é um detalhe biográfico, mas de uma identidade profissional atravessada por experiência linguística e cultural específica.

A docência surda produz liderança porque interfere nos modos como estudantes surdos se percebem e imaginam seu futuro. A presença de uma mulher surda em posição de professora rompe, no cotidiano escolar, representações de incapacidade e oferece uma referência de autoridade linguística e pedagógica. Lara (2024, p. 17-19) mostra que professoras surdas do Rio Grande do Sul participaram

de processos de transformação da educação de surdos, mesmo enfrentando desautorização histórica, enquadramentos como instrutoras ou auxiliares e formas de silenciamento epistêmico. A conquista do lugar docente, portanto, também representa disputa pelo reconhecimento profissional.

Esse movimento pode ser observado em perspectiva histórica mais ampla. Rangel (2024, p. 61-63) apresenta diferentes mulheres surdas reconhecidas por pioneirismo, incluindo professoras universitárias, diretoras, pesquisadoras e dirigentes de associações. A diversidade das trajetórias evidencia que a liderança educacional se expande para além da sala de aula: alcança gestão, pesquisa, formação de professores, produção cultural e organização comunitária. A escola e a universidade tornam-se, nesse cenário, lugares de construção de agendas coletivas e não apenas espaços de transmissão de conteúdo.

A mudança de posição social das mulheres surdas é sintetizada por uma citação de citação registrada por Rangel. Conforme Silva (2010, p. 6-7 *apud* Rangel, 2024, p. 65), “vivemos um momento de mudanças onde a mulher ocupa outros espaços, quebrando com os paradigmas antes estabelecidos”. A formulação é significativa porque associa mudança histórica à ocupação efetiva de espaços. No caso das mulheres surdas, essa ocupação envolve bancos acadêmicos, mercado de trabalho, docência, associações e movimentos políticos, criando

condições para que a liderança deixe de ser episódica e se torne parte de uma trajetória coletiva mais ampla.

A educação bilíngue ocupa lugar decisivo nesse processo. Quando a Libras é reconhecida como língua de instrução e de produção de saberes, a professora surda deixa de ser vista apenas como apoio linguístico e pode atuar como intelectual, planejadora e produtora de conhecimento pedagógico. Lara (2024, p. 19-20) relaciona a presença de mulheres surdas professoras à visibilidade da Pedagogia Surda e à construção da educação bilíngue. Essa relação indica que a liderança educacional não se limita à representação simbólica: ela se materializa em escolhas curriculares, metodologias, práticas visuais e modos de organizar o ensino.

A liderança docente também depende de condições institucionais para o exercício profissional. Perlin e Jung (2024, p. 38-39) registram que professoras surdas relatam dificuldades quando ingressam na carreira, inclusive em instituições que formalmente buscam acolhê-las, mas mantêm o português como referência principal. A contradição revela que inclusão profissional e reconhecimento linguístico precisam caminhar juntos. Uma professora surda que depende constantemente de mediações para participar de reuniões, acessar documentos, realizar pesquisa ou exercer funções administrativas tem sua autonomia institucional limitada, mesmo quando sua contratação está assegurada.

Outro aspecto relevante é o efeito multiplicador da docência. Vilhalva (2024, p. 45-47) associa educação, cultura e liderança à capacidade de uma mulher surda apoiar novas mulheres e favorecer a formação de outras lideranças. Essa ideia pode ser aplicada ao espaço escolar: professoras surdas ensinam conteúdos, mas também compartilham repertórios de pertencimento, estratégias de participação e formas de enfrentar estereótipos. A liderança pedagógica, nessa perspectiva, é produzida pelo exemplo, pelo vínculo linguístico e pela criação de possibilidades de participação para estudantes.

A escola, portanto, pode tanto reproduzir desigualdades quanto atuar como espaço de formação de lideranças. Barreiras comunicacionais, currículos inflexíveis e práticas de infantilização reduzem autonomia; por outro lado, ambientes bilíngues, referências adultas surdas e participação institucional criam condições para o desenvolvimento de autoria e responsabilidade. Guimarães et al. (2021, p. 21, 25-26) demonstram que experiências educacionais acessíveis e redes de apoio podem ressignificar histórias marcadas por exclusão. Para mulheres surdas, essa ressignificação é especialmente importante porque a liderança futura depende das oportunidades de participação que lhes são oferecidas desde a formação escolar.

Liderança política, movimentos sociais e direitos linguísticos

A liderança feminina surda alcança sua dimensão mais explicitamente coletiva nos movimentos sociais e nos espaços políticos. Nesse campo, a organização de mulheres surdas transforma experiências de exclusão em pautas de direitos, produz documentos, promove encontros e disputa a formulação de políticas públicas. Perlin e Vilhalva (2016, p. 133-136) relatam a participação de mulheres surdas em debates nacionais de políticas para mulheres e destacam a necessidade de uma agenda própria que considere língua, gênero, educação, saúde, segurança e participação política. O princípio “nada sobre nós, sem nós” aparece como síntese de uma exigência de participação direta: políticas destinadas às mulheres surdas precisam ser elaboradas com mulheres surdas.

A própria formulação de políticas de liderança aparece de modo explícito nas autoras. Ao sistematizar elementos necessários à participação política, Perlin e Vilhalva defendem a criação de espaços concretos de liderança e a participação social das mulheres surdas em diferentes esferas:

espaços de liderança para a participação política das mulheres surdas a partir de experiência direta em algumas organizações sociais; possibilitar a participação social das mulheres surdas em esferas múltiplas, como educação, pesquisa e diferentes profissões. Em educação, temos algumas poucas mulheres surdas que se sobressaem hoje com sucesso (Perlin; Vilhalva, 2016, p. 136).

A citação evidencia que a participação política não é pensada como esfera separada da educação ou da pesquisa. Ao contrário, a liderança se produz na circulação entre organizações sociais, espaços formativos, atividades profissionais e instituições públicas. Essa perspectiva impede que a política seja reduzida a cargos eletivos. Para mulheres surdas, participar politicamente pode significar coordenar coletivos, representar associações, integrar fóruns, produzir documentos, atuar em conselhos, promover formação e pressionar o poder público para que serviços e políticas sejam linguisticamente acessíveis.

A experiência do Grupo de Mulheres Líderes Surdas do Rio de Janeiro exemplifica esse tipo de organização. Oliveira (2016, p. 143-145) registra que o grupo foi criado em 2014 e desenvolveu ações voltadas à formação em liderança, à informação sobre direitos, ao apoio entre participantes e ao fortalecimento da autoestima. A iniciativa também contribuiu para a realização do Primeiro Fórum Bilíngue das Mulheres Surdas no INES, em 2016. A relevância desse processo está na construção de uma infraestrutura comunitária de participação: mulheres que antes atuavam de forma dispersa passam a contar com espaços regulares de encontro, formação e articulação.

A liderança política surda também se expressa em agendas de acessibilidade. Krause (2024, p. 74-78), ao comparar políticas de atendimento a cidadãs surdas em países sul-americanos, mostra que a

efetivação de direitos depende de serviços capazes de atender em língua de sinais, sobretudo em áreas sensíveis como saúde e segurança. A existência de movimentos civis organizados pressiona instituições a reconhecer que canais de denúncia, atendimento e orientação inacessíveis excluem mulheres surdas do exercício de cidadania. Assim, a luta por Libras em serviços públicos é simultaneamente uma pauta linguística, de gênero e de participação política.

Os encontros de mulheres surdas constituem outro marco importante. Rangel (2024, p. 65-66) registra o I Encontro Latino-Americano de Mulheres Surdas, realizado em Belo Horizonte em 2004, como momento de delineamento de demandas coletivas relacionadas a saúde, violência, educação, sexualidade, política, direitos e cidadania. O significado político desses encontros está na produção de uma agenda compartilhada: situações vividas individualmente são nomeadas como problemas públicos e passam a orientar formas de organização. Essa dinâmica produz lideranças porque exige mediação, representação, comunicação e capacidade de construir consensos entre experiências diversas.

Perlin e Jung (2024, p. 39-40) ampliam essa discussão ao defender que mulheres surdas sejam incentivadas a se engajar nos meios sociais, políticos e científicos. As autoras relacionam o protagonismo feminino à capacidade de denunciar violências, enfrentar epistemicídios e construir soluções a partir da própria

experiência surda. A liderança política, portanto, não se reduz à defesa de interesses particulares, mas envolve a produção de mudanças que beneficiam a comunidade surda de maneira mais ampla.

As trajetórias individuais analisadas pela literatura mostram como essa formação política pode ocorrer. Siqueira e Oliveira (2026, p. 11-15) descrevem a participação de Marina, mulher negra surda, no Movimento Surdo como processo de construção de consciência crítica, fortalecimento identitário e mobilização de outras pessoas. A entrevistada passa a encorajar amigos surdos e outras mulheres, identificar situações de racismo e machismo e reivindicar direitos. Sua militância inclui organização de encontros e atividades formativas, indicando que liderança política e ação educativa se retroalimentam.

Essa relação entre formação e militância também revela que lideranças femininas surdas não surgem de modo espontâneo ou isolado. Elas se constroem em redes de confiança, acesso à informação, aprendizagem coletiva e oportunidade de agir. A existência de espaços acessíveis para reunião e debate é, portanto, condição política. Sem intérpretes quando necessários, sem comunicação direta em Libras ou sem reconhecimento da fala sinalizada, a participação pode tornar-se apenas formal. Com condições adequadas, mulheres surdas podem deliberar, formular propostas e assumir posições de representação com maior autonomia.

Interseccionalidade, acessibilidade e permanência nos espaços de poder

A análise da liderança feminina surda precisa reconhecer que as experiências dessas mulheres são heterogêneas. Gênero e diferença linguística não atuam isoladamente; podem se articular a raça, território, classe, geração e outras dimensões. Siqueira e Oliveira (2026, p. 9-16) demonstram esse entrecruzamento ao acompanhar a trajetória de uma mulher negra surda da Amazônia Tocantina. O ingresso no ensino superior e a militância política favoreceram reconhecimento identitário, consciência crítica e ocupação de espaços de liderança, mas a trajetória também foi marcada por barreiras acadêmicas, tecnológicas e territoriais. A interseccionalidade, nesse contexto, impede que políticas para mulheres surdas sejam desenhadas a partir de um sujeito universal.

A discussão sobre mulheres indígenas surdas reforça essa necessidade. Vilhalva (2024, p. 46-48) destaca que cada mulher possui história, território, línguas e experiências próprias, e registra a escassez de pesquisas específicas sobre mulheres indígenas surdas nas bases consultadas. A ausência de produção acadêmica não significa ausência dessas mulheres, mas evidencia um problema de visibilidade e reconhecimento. Formar lideranças em contextos indígenas exige respeitar línguas indígenas de sinais, culturas locais e modos próprios

de produzir narrativas, sem subordinar essas experiências a modelos urbanos de participação.

A invisibilidade também aparece em contextos familiares e escolares. Santos e Silva (2026, p. 56-57) identificam práticas machistas e capacitistas que historicamente restringiram mulheres surdas ao espaço doméstico e deslegitimaram sua capacidade de tomar decisões. Tais representações podem persistir na forma de superproteção ou infantilização, inclusive quando a mulher já é adulta e exerce responsabilidades familiares e profissionais. Liderança e autonomia, portanto, requerem não apenas acesso a cargos, mas reconhecimento cotidiano da capacidade de decidir sobre a própria vida.

Esse reconhecimento deve alcançar os espaços acadêmicos. Perlin e Jung (2024, p. 38-40) mostram que a imposição da língua portuguesa pode subalternizar estudantes e professoras surdas, mesmo em instituições que se apresentam como inclusivas. A barreira é estrutural porque interfere na leitura de documentos, na participação em reuniões, na produção de textos, na avaliação e na progressão profissional. Uma política institucional comprometida com liderança feminina surda precisa pensar a acessibilidade em todas essas etapas, incluindo tradução, interpretação, produção bilíngue, recursos visuais e possibilidade de uso da Libras como língua de produção intelectual.

Os dados de Rodrigues e Christmann (2023, p. 15-19) ajudam a visualizar a diferença entre entrada e ascensão institucional. Embora a participação de pessoas surdas na autoria de pesquisas seja significativa no campo analisado, a proporção de orientadores surdos permanece baixa. Isso sugere que o percurso até posições de maior autoridade acadêmica é mais estreito do que o acesso à pós-graduação. Para as mulheres surdas, ampliar a liderança exige políticas que acompanhem toda a trajetória: formação inicial, pós-graduação, concursos, carreira docente, pesquisa, orientação, gestão e participação em colegiados.

A liderança feminina surda pode, assim, ser entendida como um indicador da qualidade democrática das instituições. Quando mulheres surdas conseguem participar de reuniões, coordenar projetos, orientar pesquisas, ensinar, formular políticas e representar coletivos em sua própria língua, há uma ampliação concreta do pluralismo institucional. Quando sua participação depende de concessões ocasionais, de mediações inadequadas ou da boa vontade de indivíduos, persistem relações de poder que limitam a cidadania. Perlin e Vilhalva (2016, p. 133-136) e Oliveira (2016, p. 143-145) demonstram que a organização coletiva busca justamente transformar necessidades individuais em direitos permanentes.

Por fim, o fortalecimento de lideranças femininas surdas deve ser pensado como processo continuado de criação de referências.

Silveira e Baalbaki (2024, p. 82-85) mostram a importância de tornar visíveis pesquisadoras surdas; Rangel (2024, p. 64-66) evidência como pioneiras reconhecidas pela comunidade produzem horizontes para jovens surdas; e Lara (2024, p. 15-19) demonstra o papel das professoras na transformação educacional. Em conjunto, esses estudos indicam que a visibilidade não é mero reconhecimento simbólico: ela amplia repertórios de possibilidade, favorece identificação e fortalece a continuidade de trajetórias de liderança.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise desenvolvida permite concluir que a liderança feminina surda se constitui na articulação entre experiência linguística, formação, participação coletiva e ocupação institucional. Nos espaços acadêmicos, ela se manifesta na presença de estudantes, pesquisadoras, autoras, orientadoras e docentes que transformam a relação da comunidade surda com a produção científica. Nos espaços educacionais, aparece na atuação de professoras surdas, na construção de práticas bilíngues e na produção de referências identitárias para estudantes. Nos espaços políticos, torna-se visível na organização de coletivos, associações, fóruns, movimentos e agendas de direitos. Essas dimensões não são independentes: a formação acadêmica pode fortalecer a militância, a militância pode produzir demandas educacionais e a docência pode formar novas lideranças.

Os estudos analisados mostram, contudo, que presença não equivale automaticamente a participação plena. Barreiras linguísticas, predomínio do português, falta de recursos acessíveis, capacitismo, sexismo, ouvintismo e práticas de infantilização continuam limitando trajetórias. A superação dessas barreiras requer políticas institucionais que assegurem Libras, tradução e interpretação de qualidade, materiais bilíngues, participação em colegiados, condições de carreira e reconhecimento da produção científica em língua de sinais. Em outras palavras, a acessibilidade precisa alcançar os lugares em que decisões são tomadas e conhecimentos são legitimados, não apenas os momentos de recepção de informação.

Também se evidencia que a liderança feminina surda possui forte dimensão coletiva. Os grupos de mulheres líderes, os encontros latino-americanos, as redes acadêmicas e o Movimento Surdo mostram que a formação de lideranças ocorre por meio de compartilhamento de experiências, apoio mútuo e construção de agendas comuns. Nesse processo, uma liderança se fortalece quando amplia a possibilidade de outras mulheres participarem. A ideia de protagonismo, portanto, não deve ser confundida com individualização da luta: trata-se da capacidade de agir como sujeito de direitos e, simultaneamente, contribuir para que outras pessoas também possam exercer sua agência.

A perspectiva interseccional constitui outra conclusão indispensável. Mulheres negras surdas, indígenas surdas, mulheres de diferentes territórios e condições sociais vivem barreiras e formas de pertencimento distintas. Políticas universais que ignoram essas diferenças podem reproduzir invisibilidades no interior da própria comunidade surda. A formação de lideranças precisa reconhecer a pluralidade de línguas, culturas, experiências raciais e territoriais, favorecendo espaços em que diferentes mulheres possam produzir narrativas e agendas próprias.

Diante disso, defender liderança feminina surda significa defender uma concepção de instituição na qual mulheres surdas não sejam apenas beneficiárias de políticas, mas formuladoras, avaliadoras e dirigentes de processos que lhes dizem respeito. A Libras, a autoria científica, à docência, a participação política e o pertencimento comunitário constituem bases para essa transformação. Fortalecer essas lideranças é ampliar a democracia dos espaços acadêmicos, educacionais e políticos, reconhecendo que a participação das mulheres surdas produz conhecimento, modifica práticas e abre caminhos para novas gerações.

REFERÊNCIAS

COSTA, Aline Corrêa de Barros da; OLIVEIRA, Waldma Maíra Menezes de; KLEIN, Madalena. Representações sociais de Mulheres

Surdas mirienses sobre si: da invisibilidade ao protagonismo. **Revista de Educação PUC-Campinas**, Campinas, v. 26, e215356, p. 1-16, 2021. DOI: <https://doi.org/10.24220/2318-0870v26e2021a5356>. Disponível em: <https://periodicos.puc-campinas.edu.br/reeducacao/article/view/5356>. Acesso em: 2 jul. 2026.

GOMIDES, Paula Aparecida Diniz et al. Libras como língua minoritária: estratégias de acesso e circulação do conhecimento científico produzido sobre e pela comunidade surda. **SCIAS Língua de Sinais**, Belo Horizonte, v. 1, n. 1, p. 195-213, jul./dez. 2022. DOI: <https://doi.org/10.36704/sciasls.v1i1.6802>. Disponível em: <https://revista.uemg.br/index.php/sciasls/article/view/6802>. Acesso em: 5 jul. 2026.

GUIMARÃES, Valéria Maria Azevedo et al. Bullying, apoio social e sentido de vida: relato de discentes surdas. **Revista Sinalizar**, Goiânia, v. 6, e67536, 2021. DOI: <https://doi.org/10.5216/rs.v6.67536>. Disponível em: <https://revistas.ufg.br/revsinal/article/view/67536>. Acesso em: 8 jul. 2026.

KRAUSE, Keli. Análise comparativa entre os países sul-americanos: atendimento às cidadãs surdas. **Revista Espaço**, Rio de Janeiro, n. 60, p. 67-78, jan./jun. 2024. DOI: <https://doi.org/10.20395/revesp.2024.60.1.67-78>. Disponível em: <https://seer.ines.gov.br/index.php/revista-espaco/article/view/1781>. Acesso em: 11 jul. 2026.

LARA, Ana Paula Gomes. “Mulher-surda-professora”: protagonismo na educação de surdos no Rio Grande do Sul. **Revista Espaço**, Rio de Janeiro, n. 60, p. 15-25, jan./jun. 2024. DOI: <https://doi.org/10.20395/revesp.2024.60.1.15-25>. Disponível em:

<https://seer.ines.gov.br/index.php/revista-espaco/article/view/1777>. Acesso em: 14 jul. 2026.

OLIVEIRA, Ronise. A importância da liderança feminina: o grupo de mulheres líderes no Rio de Janeiro. **Revista Forum**, Rio de Janeiro, n. 33, p. 139-145, jan./jun. 2016. Disponível em: <https://seer.ines.gov.br/index.php/revista-forum/article/view/403>. Acesso em: 17 jul. 2026.

PERLIN, Gladis et al. Mulher surda: protagonismo e experiência. **Revista Espaço**, Rio de Janeiro, n. 60, p. 10-14, jan./jun. 2024. DOI: <https://doi.org/10.20395/revesp.2024.60.1.10-14>. Disponível em: <https://seer.ines.gov.br/index.php/revista-espaco/article/view/1775>. Acesso em: 20 jul. 2026.

PERLIN, Gladis; JUNG, Ana Paula. O protagonismo contemporâneo da mulher surda e a luta contra todas as formas de violência linguística e de gênero. **Revista Espaço**, Rio de Janeiro, n. 60, p. 26-40, jan./jun. 2024. DOI: <https://doi.org/10.20395/revesp.2024.60.1.26-40>. Disponível em: <https://seer.ines.gov.br/index.php/revista-espaco/article/view/1778>. Acesso em: 23 jul. 2026.

PERLIN, Gladis; VILHALVA, Shirley. Mulher surda: elementos ao empoderamento na política afirmativa. **Revista Forum**, Rio de Janeiro, n. 33, p. 127-138, jan./jun. 2016. Disponível em: <https://seer.ines.gov.br/index.php/revista-forum/article/view/400>. Acesso em: 26 jul. 2026.

RANGEL, Gisele Maciel Monteiro. Protagonismo e pioneirismo na constituição do heroísmo feminino surdo. **Revista Espaço**, Rio de Janeiro, n. 60, p. 53-66, jan./jun. 2024. DOI: <https://doi.org/10.20395/revesp.2024.60.1.53-66>. Disponível em: <https://seer.ines.gov.br/index.php/revista-espaco/article/view/1780>. Acesso em: 29 jul. 2026.

RODRIGUES, Carlos Henrique; CHRISTMANN, Fernanda. As pesquisas brasileiras sobre tradução e interpretação de línguas de sinais: os ETILS na pós-graduação em Estudos da Tradução. **Cadernos de Tradução**, Florianópolis, v. 43, e94239, p. 1-44, 2023. DOI: <https://doi.org/10.5007/2175-7968.2023.e94239>. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/traducao/article/view/94239>. Acesso em: 1 set. 2026.

SANTOS, Lorena Sousa dos; SILVA, Sara Moitinho da. A invisibilidade da mãe surda no contexto da educação inclusiva: resgatando o protagonismo materno no espaço escolar. **Arqueiro**, Rio de Janeiro, n. 50, p. 49-63, 2026. DOI: <https://doi.org/10.20395/re.2026.50.49-63>. Disponível em: <https://seer.ines.gov.br/index.php/revista-arqueiro/article/view/2021>. Acesso em: 2 set. 2026.

SILVA, Yara Rosa Romanelli Campos Gonçalves da; GALIZIA, Fernando Stanzone. A inclusão de estudantes surdos no ensino superior: desafios dessa realidade. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 51, e282663, p. 1-17, 2025. DOI: <https://doi.org/10.1590/S1678-4634202551282663por>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ep/a/69Fd5kCTJYRmxJvbmZrKyR/?lang=p>t. Acesso em: 3 set. 2026.

SILVEIRA, Luciane Cruz; BAALBAKI, Angela Corrêa Ferreira. Mulheres surdas na ciência: necessária visibilidade. **Revista Espaço**, Rio de Janeiro, n. 60, p. 79-93, jan./jun. 2024. DOI: <https://doi.org/10.20395/revesp.2024.60.1.79-93>. Disponível em: <https://seer.ines.gov.br/index.php/revista-espaco/article/view/1782>. Acesso em: 4 set. 2026.

SIQUEIRA, Renata Ferreira; OLIVEIRA, Waldma Maíra Menezes de. Contextos educativos e movimento social surdo: escritivências de uma mulher-negra-surda na Amazônia Tocantina. **Práxis**

Educativa, Ponta Grossa, v. 21, e26269, p. 1-18, 2026. DOI: <https://doi.org/10.5212/PraxEduc.v.21.26269.023>. Disponível em: https://revistas.uepg.br/index.php/praxiseducativa/pt_BR/article/view/26269. Acesso em: 5 set. 2026.

VILHALVA, Shirley. Ser e estar da mulher indígena surda. **Revista Espaço**, Rio de Janeiro, n. 60, p. 41-52, jan./jun. 2024. DOI: <https://doi.org/10.20395/revesp.2024.60.1.41-52>. Disponível em: <https://seer.ines.gov.br/index.php/revista-espaco/article/view/1779>. Acesso em: 6 set. 2026.